



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

HOTEL DO YACHT Y GOLF CLUB, ASSUNÇÃO, PARAGUAI,**23 DE AGOSTO DE 1997**

Esse Grupo do Rio foi instituído com a preocupação da democracia. Era a questão de Contadora, a questão de um comitê de apoio, a preocupação com a América Central naquele momento. E, daí por diante, nós continuamos obsessivamente lutando pela inserção de formas de democracia que sejam estáveis na nossa região. E temos demonstrado, praticamente, que é uma grande vantagem isso.

Daí que o Brasil apóia a iniciativa argentina de que na nossa reunião nós nos empenhemos por um compromisso, da mesma maneira que nós temos o Mercosul, e que esse compromisso se amplie e o Grupo do Rio esteja realmente disposto a tomar ações práticas, toda vez – e esperamos que nunca ocorra – que haja alguma ameaça à democracia no nosso grupo e na nossa região.

Também não poderia senão dizer palavras de apoio àquilo que, começando pelo Presidente Wasmosy, mas certamente por todos os Presidentes, foi seguido, no que diz respeito à centralidade da questão da educação para a democracia. Por mais que eu queira seguir a proposta já mencionada, não encontrei um caminho que me pudesse dizer: “Não. Não estão de acordo”. Estamos de acordo com tudo o que foi dito

a respeito da centralidade da questão educacional para a democracia; e, portanto, não preciso voltar a esse tema.

Na verdade, a dificuldade que nós temos hoje não é mais a de consolidarmos a democracia do ponto de vista institucional – as formas representativas, os partidos, a rotatividade do poder, as dificuldades eventuais – como aconteceu mais recentemente no Equador; porém, nós temos referências semelhantes no Brasil. E ela tem sido também superada através de mecanismos que levam, de novo, a que a cidadania seja consultada. Isso vale para todos os países aqui presentes. Eu vejo o presidente Fujimori. Nós temos conseguido, realmente, mostrar uma grande vitalidade do ponto de vista institucional.

Hoje, o desafio que nós todos temos é comum. Diz respeito a que nós temos que manter esse espírito democrático em sociedades altamente desiguais e onde o sentimento de injustiça e de impunidade corrói o sentimento democrático. Já não se trata do nosso apego aos valores da democracia. Trata-se de uma questão muito mais prática, da percepção de que a injustiça social, sem uma perspectiva de avanço, erode, destrói as virtudes republicanas, que vêm na participação dos cidadãos na vida do país o elemento fundamental da continuidade do jogo democrático.

E, por outro lado, nós também temos um desafio de não apenas manter os valores da democracia em sociedades desiguais, como ainda são as nossas, mas também temos que mantê-la em condições diferentes daquelas que presidiram a instituição democrática nos países da Europa e nos Estados Unidos. Por alguma forma, nós aqui, no nosso continente e na região do Caribe e da América Latina, constituímos, se posso utilizar esta expressão, o “Extremo Ocidente”. Nós somos ocidentais, mas nós estamos no “Extremo Ocidente”, que se constituiu com muita diversidade e que rapidamente passou a sentir os efeitos das modificações ocorridas no Ocidente, especialmente quanto à formação de uma sociedade de massas que fragmenta os interesses.

Então, nós temos que manter a democracia em sociedades que não são apenas muito desiguais, mas nas quais os interesses das classes, dos grupos sociais são fragmentados e onde, portanto, os partidos não têm

a mesma possibilidade de agregar interesses ao redor de valores que sejam uma espécie de prisma pelo qual se possa, realmente, fazer a negociação democrática.

Isso traz um outro desafio, portanto: é o da criação de um espaço público efetivo que seja inspirado numa ética da argumentação e da negociação, sem que nós contemos com os instrumentos institucionais que foram próprios dos países ocidentais onde esses mesmos espaços foram conduzidos regularmente pelos partidos. Aqui, nós temos a experiência concreta de que os partidos existem, a democracia representativa é muito enraizada nas nossas elites, mas as demandas são diversas, fragmentadas. Há uma forte presença dos meios de comunicação de massa. As aspirações aparecem, e nós não temos ainda formas muito claras de articulação desse espaço público baseadas em convicções valorativas, que levem em conta a ética da argumentação e da negociação.

E isso, se me permitem, é uma referência quase pessoal ao papel dos presidentes, nos coloca um desafio também quase pessoal, que é o de nós estarmos sempre no limite entre a capacidade que possamos ter de, simbolicamente, representarmos a negociação e esse espaço público, numa ligação direta com a sociedade; e a convicção, que nós todos temos, de que temos que estar enraizados nas instituições representativas, no Congresso e nos partidos.

Essa articulação entre as demandas da sociedade, a nossa capacidade simbólica de expressá-las e a necessidade também muito forte de que nos mantenhamos muito fiéis àquilo que é a democracia representativa é um outro desafio que cada um de nós está tentando resolver, nas nossas situações particulares, da melhor maneira que podemos. Mas é um tema novo na questão democrática tradicional. E eu creio que é uma contribuição também nova dessa institucionalidade democrática latino-americana e caribenha, que é a da construção desses espaços de negociação.

E, por consequência, nós, de alguma maneira, temos que revitalizar a arte da política, ou seja, essa discussão sobre o bem comum, a felicidade dos povos, o bem-estar, o que na Europa é o *welfare state*, mas que aqui, nos nossos Estados, sempre foi de mal-estar social, nunca foi um Estado de bem-estar social. Toda essa temática não pode ser vivida por nós

tecnocraticamente, só. Ela tem que ser vivida por nós, eu diria, agonicamente, dramaticamente, de uma maneira tal que nós tenhamos que revitalizar a arte da política, colocando em conjunto a democracia tradicional representativa, a demanda de participação ampliada, as organizações não-governamentais, que terão que ter uma presença cada vez maior na vida da sociedade, as manifestações, às vezes até individuais, que ganham mais forte impulso pela presença dos meios de comunicação de massa. E temos que, de alguma forma, recriar a capacidade de negociação, de argumentação – eu não quero citar autores – mas à la Habermas, para dar conta do que seja essa democracia concreta que nós estamos vivendo.

É claro que não podemos apenas nos limitar a uma descrição genérica de tudo isso. Isso, na prática, significa que nós temos que nos empenhar por reformas econômicas, algumas das quais já estão em marcha, para diminuir as desigualdades. E aí, de novo, entra a educação como algo central, porque, sem educação, dificilmente haverá redistribuição de renda e sequer acesso ao trabalho. E não vou repetir o que nós todos sabemos. Temos que levar adiante as reformas do Estado, para que possamos, através do Estado, articular os espaços públicos, que não cabiam – e nem cabem – nos Estados burocráticos e muito patrimonialistas, cheio de clientelas, como era o Estado tradicional.

Temos que ter um Estado no qual haja capacidade de permear os interesses difusos da sociedade e, ao mesmo tempo, de guardar a esfera de decisão, que é própria da legitimidade dos que foram eleitos.

Enfim, essas reformas têm muito a ver não apenas com o lado técnico da reforma do Estado, mas com o lado político, da revitalização da democracia. E é claro que isso tudo implica reformas políticas profundas, que – e alguém já mencionou isso aqui – dizem respeito também a reformas que são culturais. E que, portanto, não são objeto, pura e simplesmente, de uma lei ou de uma decisão presidencial, mas dependem de um processo que inclui uma pregação – e aí, sim, pode até ser, em parte, presidencial –, mas uma pregação muito mais ampla, que é de fazer com que as pessoas se convençam de novos valores.

Bem, não quero abusar do tempo dos senhores Presidentes e de todos que nos estão ouvindo, mas vejo que, por aqui, há muito tema importante, muita matéria importante e inovadora, com a nossa experiência dessa região, para que possamos contribuir, nesse extremo do Ocidente, para não apenas repetir, mas renovar aquilo que foi criado, primeiro, pelos precursores na Europa e nos Estados Unidos e, depois, pelos pais e fundadores das nossas democracias. E agora eu creio que é um espaço novo para nós próprios.

Eu queria, apenas, mencionar mais uma questão, e termino com isto, Senhor Presidente. É de que, além disso, como nós vivemos um momento novo, de globalização, também é compreensível que toda essa problemática do poder e da democratização tenha uma dimensão que é nitidamente internacional, num novo sentido.

É que a separação entre o local e o internacional é de outra natureza, hoje. Nós não dispomos, no nível internacional, de mecanismos de legitimação do poder e nem de controle de decisões do mesmo nível de que se dispunha no passado, dentro do âmbito do Estado nacional.

Daí que, necessariamente, nós todos estejamos sempre voltados para a ordem internacional, para as redefinições da ordem política internacional, porque isso diz respeito, também, à democracia interna, também à capacidade que nós possamos ter de controle de decisões, que terminam por afetar as nossas sociedades; e dos temas tão reiterados a cada reunião internacional, a começar pelo dos fluxos de capital. Mas tem a ver também com essa falta de balanço, de equilíbrio entre a capacidade de globalização da economia e a falta, até agora, de uma legitimidade das decisões internacionais que seja realmente compartilhada pelo conjunto das nações.

E isso tem a ver com a reforma das Nações Unidas e com temas que alguns acham momentâneos, como o do Conselho de Segurança e outros mais, que dizem respeito, precisamente, a de que maneira nós vamos poder, como região, participar dessas decisões, compartilhando internamente as dificuldades, os anseios e as possibilidades e tendo voz, voto e veto, como disse o Presidente Menem, em nível daquilo que conta, que são as decisões internacionais, que não podem ser encaradas

apenas do ângulo, digamos, da repressão para a manutenção da ordem, que é o Conselho de Segurança, mas têm a ver também com decisões dos grupos como o G7 – que, hoje, é G8, G9, G10, não sei quantos “gês” são aí –, a OCDE e um conjunto de outras instituições que estão também umbilicalmente vinculadas à nossa questão regional, no sentido profundo do avanço da democracia, porque ela diz respeito a diminuir a desigualdade, ela diz respeito a agregar melhor os valores da sociedade. E diz respeito, também, à nossa possibilidade efetiva de controle dos destinos dos nossos povos, que já não se dão mais apenas nos limites das fronteiras nacionais.

Eram essas poucas observações que eu queria trazer, para que nós possamos continuar este tão frutífero debate.

Muito obrigado.